

Boa Vista do Incra – RS, 04 de setembro de 2024.

Parecer Técnico Jurídico nº 192/2024

Processo Administrativo de Compra/Serviço nº 08/2024

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR ASSESSORIA
PARA REGULAMENTAÇÃO DO E-SOCIAL**

DAS CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS:

Parecer Jurídico/opinativo

Interessados: Secretaria Municipal de Administração e Planejamento do Município de Boa Vista do Incra – RS.

Trata-se de solicitação da referida Secretaria, em que pretende a contratação direta, via dispensa, para realização da CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR ASSESSORIA PARA REGULAMENTAÇÃO DO E-SOCIAL, objetivando a regularização das pendências existentes vinculadas aos anos de 2022, 2023 e 2024, fundamentais para envio da RAIS.

O procedimento veio acompanhado da Solicitação com Estimativa de Quantidade e Preço, Termo de Referência, Orçamentos.

O Departamento de Licitações encaminhou os autos para avaliação jurídica por parte desta Procuradoria Jurídica, levando-se em consideração o disposto no artigo 53, inciso I e II e parágrafo §1º, da Lei nº 14.133/2021.

É o relatório:

DO PARECER JURÍDICO

A obrigatoriedade de licitar consta na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, inciso XXI.

O procedimento licitatório visa garantir não apenas a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mas sim, visa assegurar o princípio constitucional da isonomia entre os potenciais prestadores do serviço ou fornecedores do objeto pretendido pelo Poder Público.

Entretanto, como destacado acima, a própria Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso XXI, ao fazer exigência da licitação, ressalva "aos casos especificados na legislação", abre a possibilidade da lei ordinária fixar hipóteses para estabelecer exceções à regra de licitar, que é exatamente o que se observa pela disposição dos artigos 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021, que tratam, respectivamente, sobre os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação.

Partindo-se, portanto da premissa que a regra é a licitação e a exceção a contratação direta, é necessário explicar a forma de contratação direta, a qual foi resumida pela Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 como dispensa.

Na inexigibilidade, artigo 74, seria em tese possível, em face de uma necessidade pública específica e da necessidade de contratação direta de serviço técnico especializado como no caso específico, que justificam este tipo de contratação. Contudo, razões de ordem superior, relacionadas à satisfação de interesse público, também merecedor de imediata acolhida.

Todavia, mesmo na hipótese de inexigibilidade, o administrador público não está inteiramente livre para contratar. É preciso a observância de determinados requisitos legais e constitucionais, os quais devem estar devidamente demonstrados nos autos do procedimento de inexigibilidade.

Levando-se em consideração os documentos que instruem o presente procedimento, e aqueles que são necessários em todos e quaisquer procedimentos, passa a analisá-los, objetivamente:

- I. Modalidade: o caso concreto enquadra-se na hipótese prevista no artigo 74, III da Lei nº 14.133/21. Os custos da Administração com o procedimento recomendam tal encaminhamento;

- II. Justificativa de preço: ao Termo de Referência foram anexados os orçamentos, sendo que o preço que a Administração está disposta a pagar corresponde ao menor dos preços pesquisados. Salienta-se que fica excluída da análise deste parecer a verificação da compatibilidade dos preços fixados no Termo de Referência com os de mercado, já que estes são objeto de pesquisa e valorização exclusiva do servidor solicitante da contratação.

ANTE O EXPOSTO, esta Procuradoria Jurídica OPINA pela viabilidade da contratação pela via da inexibibilidade (Art. 74, III da Lei 14.133/2021) para a contratação de empresa para efetiva a regularização do E-SOCIAL referente aos exercícios pendentes a saber 2022, 2023 e 2024.

Ainda, como condição de validade dos atos, o Departamento de Licitações ainda deverá, nessa ordem:

- i. No prazo de 3 (três) dias, comunicar a autoridade superior (Prefeito Municipal), para ratificação;
- ii. Publicar a inexibibilidade nos veículos de publicação oficiais e no PNCP, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis exigidos na Lei 14.133/21; e,
- iii. Firmar contrato ou documento equivalente com pessoa jurídica.

É O PARECER.

JULIO CEZAR
STEFANELLO

FACCO:33167630078

Assinado de forma digital por
JULIO CEZAR STEFANELLO
FACCO:33167630078
Dados: 2024.09.04 15:20:00
-03'00'

JULIO CEZAR STEFANELLO FACCO

Assessor Jurídico – Parecerista

Advogado – OAB/RS nº 41.518